

Código**104**

Data e horário

Domingo**23/2/2014****8 horas**

(Horário Oficial do Pará)

**Analista Judiciário: Área Apoio Especializado – Especialidade em Taquigrafia****INSTRUÇÕES**

- Você receberá do fiscal
 - um **caderno de questões** das **provas objetiva e discursiva** contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - um **cartão de respostas** ótico personalizado; e
 - uma **folha de respostas da prova discursiva**.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e as codificações do **cartão de respostas** ótico e da **folha de respostas da prova discursiva** estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Fez-se do amigo próximo, distante.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer as **provas objetiva e discursiva**, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico e o preenchimento da **folha de respostas da prova discursiva**.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** após 4 (quatro) horas do início das provas.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** e a **folha de respostas da prova discursiva** devidamente assinados.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas da prova objetiva** e na **folha de respostas da prova discursiva**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente. Marque as respostas assim:

PROVA TIPO A

Realização:

**iades**

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder as questões de 1 a 3.

TSE lança campanha para incentivar jovens a tirar título de eleitor e votar em 2014

1 Com o tema “Eu me represento: eu voto” e o slogan
“Vem para a urna”, começou a ser veiculada na última
quarta-feira (16) nas emissoras de rádio e TV a Campanha do
4 Jovem Eleitor. Desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral
(TSE), a iniciativa busca incentivar os cidadãos de 16 e 17
anos – para os quais o voto é facultativo – a procurar um
7 cartório eleitoral para tirar seu título e, assim, participar
ativamente do pleito de 2014.

A campanha também tem o objetivo de fortalecer a
10 cidadania, estimulando a participação do eleitor jovem nos
rumos da política nacional, primeiramente, por meio do voto
consciente, em candidatos com a ficha limpa e, em seguida,
13 com ações de fiscalização da atuação de seus representantes.
Além disso, a iniciativa busca evitar a formação de filas nos
15 cartórios às vésperas da eleição.

Disponível em: <<http://www.tre-pa.jus.br/noticias-tre-pa/2013/Outubro/tse-lanca-campanha-para-incentivar-jovens-a-tirar-titulo-e-votar-em-2014>>
Acesso em: 30/12/2013, com adaptações.

QUESTÃO 1

A respeito da Campanha do Jovem Eleitor, é correto afirmar que

- (A) não há coerência entre o seu tema e o seu *slogan*.
- (B) está voltada, principalmente, aos jovens que têm o dever de votar em 2014.
- (C) foi desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em parceria com as emissoras de rádio e TV.
- (D) tem apenas um objetivo: incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos a tirar seu título.
- (E) pretende estimular a participação do eleitor jovem nos rumos da política nacional, a fim de fortalecer a cidadania.

QUESTÃO 2

Considerando as relações morfossintáticas e semânticas do trecho “a iniciativa busca incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos – para os quais o voto é facultativo – a procurar um cartório eleitoral para tirar seu título e, assim, participar ativamente do pleito de 2014.” (linhas de 5 a 8), assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto indireto de “incentivar” é a oração “a procurar um cartório eleitoral”.
- (B) Em duas orações, ocorre predicado nominal.
- (C) Em “para tirar seu título”, a conjunção em destaque foi empregada para introduzir uma explicação ao que foi declarado na oração anterior.
- (D) “para”, em suas duas ocorrências, introduz uma oração subordinada adverbial final.
- (E) “ativamente” funciona como adjunto adnominal.

QUESTÃO 3

Com referência às prescrições da norma padrão da língua portuguesa sobre a regência dos verbos e nomes e quanto ao uso da crase, assinale a alternativa que reproduz o sentido da oração “A campanha também tem o objetivo de fortalecer a cidadania” (linhas 9 e 10).

- (A) A campanha também deseja ao fortalecimento da cidadania.
- (B) A campanha ainda aspira a fortalecer à cidadania.
- (C) A campanha ainda objetiva a fortalecer a cidadania.
- (D) A campanha também visa ao fortalecimento da cidadania.
- (E) A campanha também anseia à fortalecer a cidadania.

Texto 2 para responder as questões de 4 a 7.

Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil

1 Desde que a professora Celina Guimarães Viana
conseguiu seu registro para votar, há 86 anos, a participação
feminina no processo eleitoral brasileiro se consolidou.
4 Celina é apontada como sendo a primeira eleitora do Brasil.
Nascida no Rio Grande do Norte, ela requereu sua inclusão
no rol de eleitores do município de Mossoró-RN, onde
7 nasceu e viveu, em novembro de 1927.

Foi naquele ano que o Rio Grande do Norte colocou
em vigor lei eleitoral que determinava, em seu artigo 17,
10 que no estado poderiam “votar e ser votados, sem distinção
de sexos”, todos os cidadãos que reunissem as condições
exigidas pela lei. Com essa norma, mulheres das cidades de
13 Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras
em 1928.

Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História
16 do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do
voto feminino. Também no Rio Grande do Norte, foi eleita
a primeira prefeita do Brasil. Em 1929, Alzira Soriano
19 elegeu-se na cidade de Lages.

(...)

Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>> Acesso em: 30/12/2013, com adaptações.

QUESTÃO 4

Com base nas informações do texto e nas relações entre as partes que o constituem, assinale a alternativa correta.

- (A) A professora Celina Guimarães Viana votou pela primeira vez em 1927, por isso, é apontada como sendo a primeira eleitora do Brasil.
- (B) Em novembro de 1927, entrou em vigor a lei que tornou possível o voto feminino no Rio Grande do Norte.
- (C) Qualquer cidadão do Rio Grande do Norte, homem ou mulher, passou a poder votar a partir de 1927.
- (D) O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado brasileiro a reconhecer o voto feminino e a ter uma cidade onde se elegeu uma prefeita.
- (E) Cronologicamente, o feito de Alzira Soriano foi anterior ao de Celina Guimarães Viana.

QUESTÃO 5

Com relação à norma padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Outra redação possível para a oração “há 86 anos” (linha 2) seria fazem 86 anos.
- (B) Na oração “ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN, onde nasceu e viveu.” (linhas de 5 a 7), no lugar de “sua inclusão” poderia ser utilizado o pronome lhe.
- (C) Na oração “onde nasceu e viveu” (linhas 6 e 7), o pronome destacado deveria ser substituído por aonde.
- (D) O emprego da vírgula, no início e no fim da oração “onde nasceu e viveu” (linhas 6 e 7), é facultativo.
- (E) No trecho “mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928.” (linhas de 12 a 14), a vírgula foi utilizada adequadamente, nas duas ocasiões, para separar termos que desempenham a mesma função sintática.

QUESTÃO 6

Acerca dos mecanismos de coesão, utilizados pelo autor para garantir a coerência do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Na oração “ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN” (linhas 5 e 6), “sua” refere-se a “ela”, que, por sua vez, retoma o termo “Celina”, citado no período anterior.
- (B) Na passagem “o Rio Grande do Norte colocou em vigor lei eleitoral que determinava” (linhas 8 e 9), “que” refere-se a “vigor”.
- (C) O vocábulo destacado em “em seu artigo 17” (linha 9) retoma “Rio Grande do Norte”.
- (D) No período “Com essa norma, mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928.” (linhas de 12 a 14), o vocábulo destacado foi empregado inadequadamente.
- (E) “Assim” (linha 15) foi utilizado para introduzir uma conclusão referente às informações apresentadas nos parágrafos anteriores, por isso poderia ser substituído por Apesar disso.

QUESTÃO 7

Caso o autor optasse por reunir em um só período, sem comprometer o sentido original do texto, as três orações que compõem o parágrafo “Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino. Também no Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira prefeita do Brasil. Em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.” (linhas de 15 a 19), a nova redação deveria ser

- (A) Como se não bastasse o Rio Grande do Norte ter ingressado na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino, ele também o foi na eleição de uma prefeita, ainda que, em 1929, Alzira Soriano ter sido eleita na cidade de Lages.

- (B) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, mas na eleição de uma prefeita, uma vez que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.
- (C) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, mas também na eleição de uma prefeita, já que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.
- (D) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, como na eleição de uma prefeita, já que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.
- (E) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino e também na eleição de uma prefeita, todavia, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

QUESTÃO 8

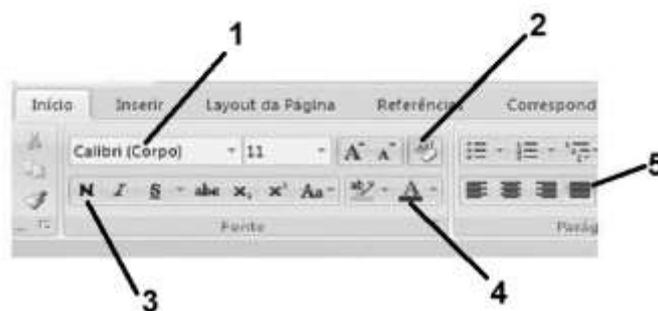
Conforme a norma padrão e a ortografia oficial da língua portuguesa, as lacunas dos períodos “___ tantos candidatos corruptos eleitos nas últimas décadas, cabe ___ população brasileira valorizar ___ do que nunca o seu voto em 2014, ano ___ poderá reverter tal quadro.”, devem ser preenchidas, respectivamente, com

- (A) Face a, à, mais e no qual.
- (B) Face aos, à, mais e em que.
- (C) Em face de, à, mais e em que.
- (D) Em face de, a, mais e em que.
- (E) Em face a, à, mas e no qual.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questões de 9 a 11

QUESTÃO 9



A imagem apresenta é parte da Faixa de Opções no *software* Microsoft Word. Considerando a imagem, o nome e a função das partes indicadas, assinale a alternativa correta.

- (A) 1 → **Fonte**. Altera o tamanho da fonte.
- (B) 2 → **Borda do caractere**. Aplica uma borda ao redor de um conjunto de caracteres ou de uma frase.
- (C) 3 → **Negrito**. Aplica negrito ao texto selecionado.
- (D) 4 → **Sublinhado**. Desenha uma linha sob o texto selecionado.
- (E) 5 → **Justificar o parágrafo**. Cria um espaço para inserção de comentários e justificativas no documento.

QUESTÃO 10

Qual sinal deve ser colocado antes de qualquer comando para que o *software* Microsoft Excel reconheça uma função?

- (A) = (igual).
- (B) ! (exclamação).
- (C) \$ (cifrão).
- (D) ++ (dois sinais de mais).
- (E) (*) (asterisco entre parênteses).

QUESTÃO 11

Em relação aos termos e tecnologias utilizados no ambiente de *Internet*, assinale a alternativa correta.

- (A) WWW é a sigla para *world wide web* (teia de alcance global). Os endereços dos sítios eletrônicos na *web* são reconhecidos pelo uso do símbolo @ (arroba). Geralmente, o endereço apresenta as seguintes indicações: `nomedossítio@www.com` ou `nomedossítio@www.com.br`.
- (B) A *extranet* tem o mesmo significado da *Internet*, com uma única diferença: ela permite a troca de hipertexto, imagem, áudio e vídeo entre plataformas (sistemas operacionais e *hardware*) diferentes, o que não ocorre na *Internet*.
- (C) Os navegadores (*browsers*) são programas que permitem acessar a *Internet* pelas páginas da *Web*.
- (D) O *File Transfer Protocol* (FTP) cria uma hierarquia de domínios e é o coração da *Internet*. Os domínios são classificados por país e recebem uma terminação para cada um deles (ex.: no Brasil, a terminação é **.com.br**).
- (E) A *Intranet*, que está atualmente em estágio avançado de desenvolvimento, substituirá em breve a *Internet*, pois permitirá a transmissão de imagens em 3-D com alta velocidade.

**NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES
PÚBLICOS
Questões de 12 a 16**

QUESTÃO 12

Considere hipoteticamente que Maria, servidora pública federal, foi citada no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD), regido pela Lei nº 8.112/1990. Com base nessa situação, assinale a alternativa que indica um procedimento que, no seu rito ordinário, é previsto após o referido momento processual.

- (A) Interrogatório de Maria.
- (B) Inquirição de testemunhas.
- (C) Publicação do ato que constituir a comissão processante.
- (D) Indiciação de Maria.
- (E) Apresentação de defesa escrita de Maria.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, no que se refere às disposições preliminares e ao provimento de cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível o provimento de cargos públicos senão em decorrência de prévia aprovação e classificação em concurso público.
- (B) A referida lei veda o provimento de cargos públicos a estrangeiros, excepcionando tão somente no caso de professores de universidades e de instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
- (C) São requisitos para nomeação em cargo público a nacionalidade brasileira; o gozo de direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, sem prejuízo de outros requisitos que possam ser justificados conforme as atribuições do cargo, mas desde que estabelecidos em lei.
- (D) Os ocupantes de cargos em comissão são considerados servidores públicos.
- (E) Ainda que previstas outras formas de provimento no seu texto originário, a referida lei foi alterada para que somente por meio da nomeação sejam providos os cargos públicos.

QUESTÃO 14

João, servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112/1990, pretende utilizar o seu direito de petição, criado pelo referido estatuto funcional. Com base nessas informações, assinale a alternativa que está de acordo com as disposições normativas dessa lei.

- (A) É por meio do requerimento que deverá ser iniciado o procedimento, que, em face da hierarquia funcional, sempre será dirigido à respectiva chefia imediata.
- (B) Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso que João apresentou em face da decisão que lhe foi desfavorável, os efeitos daquele provimento retroagirão à data do respectivo requerimento que deflagrou o seu exercício de direito de petição.
- (C) Ainda que prescrito o prazo para o exercício do direito de João, deve a Administração relevá-lo caso tenha constatado a prática de ato ilegal por agente público, uma vez que a autotutela administrativa exige a anulação dos atos ilegais.
- (D) Ainda que cabíveis pedido de reconsideração e recurso, somente esse último interrompe a prescrição.
- (E) A despeito de prescritível, o direito de requerer, uma vez configurada força maior, passa a ser prorrogável.

Área livre

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses expressamente elencadas na Lei nº 8.112/1990, em que há previsão de adoção do procedimento sumário no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD) por ela instituído.

- (A) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e abandono de cargo ou inassiduidade habitual.
- (B) Quando deliberadas após a consideração da natureza e da gravidade da infração cometida, dos danos que dela provierem para o serviço público, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais.
- (C) Quando a conduta do servidor for punível com a penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias.
- (D) Acumulação ilegal de cargos públicos e abandono de cargo.
- (E) Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

QUESTÃO 16

Considerando as hipóteses apresentadas envolvendo servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa que corresponde a um direito ou a uma vantagem que possui fundamentação de acordo com o contido na referida lei.

- (A) José faltou ao serviço decorrente de força maior. Nesse caso, desde que chefia imediata aceite a justificativa apresentada, a ausência dele será automaticamente considerada de efetivo exercício.
- (B) Maria recebeu pagamento indevido da Administração. Nesse caso, a partir do mês imediatamente subsequente ao processamento da folha, deverão ser iniciados os descontos, em parcelas que não poderão ser inferiores ao correspondente a 10% da respectiva remuneração.
- (C) João, observados os demais preceitos legais, terá direito à metade do valor da diária por dia de afastamento se a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por aquelas diárias.
- (D) Isabel, servidora que tem o deslocamento da sede como atribuição, mas, como exigência permanente do cargo, não terá direito à indenização de transporte quando realizar despesas com o uso de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos.
- (E) Pedro foi nomeado para ocupar cargo em comissão que lhe enquadra nas hipóteses de percepção ao auxílio-moradia. Todavia, para ter tal direito, deverá, entre os demais requisitos legais, comprovar que, a partir da data da respectiva nomeação, nem ele nem sua companheira são proprietários de imóvel no município em que for exercer o cargo.

Área livre

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Questões de 17 a 20

QUESTÃO 17

Em relação aos processos incidentes previstos no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), assinale a alternativa correta.

- (A) Da decisão denegatória em suspensão de segurança proferida pelo presidente do TRE/PA, caberá agravo regimental para o Tribunal.
- (B) A arguição de suspeição dos demais Juízes, que não o Relator ou o Revisor, poderá ser suscitada até o início do julgamento.
- (C) Encontrado o processo original, nele prosseguirá o feito, extraindo-se certidão da inutilização dos autos reconstituídos.
- (D) Se o Tribunal, ao conhecer de qualquer feito, verificar que é imprescindível decidir sobre a validade, ou não, de lei ou ato em face da Constituição, decidirá imediatamente sobre a concessão de medida cautelar e, na Sessão seguinte, deliberará sobre o mérito.
- (E) Poderá o Presidente do Tribunal, a requerimento do representante do Ministério Público Eleitoral, do partido político interessado, da União, do estado do Pará ou dos municípios por aquele Tribunal jurisdicionados, e para evitar grave lesão, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar, ou da sentença concessiva de mandado de segurança proferida por juiz eleitoral.

QUESTÃO 18

Quanto ao rito previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), no que se refere aos recursos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para a interposição do recurso será de oito dias, contado da publicação da decisão, salvo quando versar sobre expedição de diploma em que o prazo será contado da Sessão da Diplomação.
- (B) Interposto o recurso ordinário contra decisão do Tribunal, o presidente deverá, na própria petição, mandar abrir vista ao recorrido para que, no mesmo prazo, ofereça as respectivas razões.
- (C) Denegado o recurso especial, o recorrente poderá interpor, no prazo de 10 dias, agravo de instrumento.
- (D) O presidente somente poderá negar seguimento ao agravo de instrumento que seja interposto fora do prazo legal.
- (E) Concluída a formação do agravo de instrumento, o presidente determinará a remessa dos autos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), podendo, ainda, ordenar a extração e a juntada de peças não indicadas pelas partes.

QUESTÃO 19

Acerca da organização e da competência do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), dispostas no respectivo Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- (A) Sua composição é de sete membros: quatro deles serão escolhidos mediante eleição pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por voto secreto; um, pelo mesmo procedimento, pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região, entre seus membros, e os outros dois, juristas com mais de 10n anos de efetiva atividade profissional de advocacia.
- (B) Os juízes e respectivos substitutos, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no máximo, mas nunca por mais de quatro anos.
- (C) O juiz pertencente à classe de jurista não ficará submetido à regra da aposentadoria compulsória dos magistrados aos 70 anos de idade.
- (D) Nenhum juiz efetivo do referido Tribunal poderá voltar a integrá-lo se já tiver ocupado o mesmo cargo por quatro anos consecutivos.
- (E) Não poderão integrar o referido Tribunal pessoas que tenham entre si parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau.

QUESTÃO 20

Considerando que uma associação de moradores, sediada no município de Belém e com mais de um ano de criação, dirige consulta sobre registro de candidaturas ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), assinale a alternativa correta.

- (A) A consulta deverá, necessariamente, descrever o caso concreto, com as circunstâncias que propiciem o suficiente entendimento do fato, e, ao final, fazer a pergunta, sob pena de não conhecimento.
- (B) As consultas serão distribuídas, exclusivamente ao presidente do TRE/PA.
- (C) O procurador regional eleitoral dará o respectivo parecer no prazo de até cinco dias da vista aberta pelo relator.
- (D) Não é possível essa consulta, conforme disposições do Regimento Interno do referido Tribunal.
- (E) As consultas somente são apreciadas durante o processo eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 21 a 60

QUESTÃO 21

Entre os princípios contemplados na Constituição Federal que deverão ser observados pelo Estatuto da Magistratura, assinale a alternativa correta.

- (A) O requisito de o magistrado possuir dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade dessa para promoção por merecimento pode, por expressa disposição constitucional, ser excepcionado.
- (B) Para fins de promoção, na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo

pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, sem, todavia, previsão expressa de observância de ampla defesa ou de contraditório, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

- (C) Uma das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, (conhecida como da Reforma do Judiciário) foi a vedação de promoção do juiz que, em qualquer caso, reter autos em seu poder além do prazo legal, devolvendo-os ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- (D) O regime próprio de aposentadoria dos magistrados e da pensão de seus dependentes será regulado pela Lei Complementar específica a que alude o Texto Constitucional (estatuto da magistratura).
- (E) A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, (conhecida como da Reforma do Judiciário) previu a possibilidade de delegação de competência a servidores para a prática de atos de administração, porém vedou essa prática para quaisquer atos processuais de competência dos magistrados.

QUESTÃO 22

Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, mereceram destaque na Constituição Federal. A propósito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado e serão pagos, em qualquer hipótese, com preferência sobre outros débitos.
- (B) O credor não poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, sem a concordância do devedor.
- (C) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida, em qualquer caso, o fracionamento daqueles.
- (D) A União poderá assumir, observados os requisitos constitucionais, débitos oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.
- (E) O presidente do tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante a corregedoria do seu tribunal, sendo o julgamento feito pelo órgão especial deste, sendo vedada a participação daquela autoridade nos seus atos.

QUESTÃO 23

A História dos direitos e das garantias fundamentais permite demonstrar a evolução da relação entre o Estado e os particulares, e, mais recentemente, da própria relação mesmo entre os particulares. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 merece ser conhecida como a “Constituição Cidadã”. Todavia, o seu texto originário já sofreu várias reformas constitucionais, sendo o tema objeto de acirradas discussões doutrinárias. A propósito do tema, assinale a alternativa que contém um direito/garantia fundamental que foi mantido(a) inalterado(a) desde a sua redação originária de 1988 (1) e um direito/garantia fundamental que foi inserido(a) posteriormente (2), respectivamente.

- (A) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem (1); Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (2).
- (B) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição (1); A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (2).
- (C) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (1); O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, cuja criação tenha manifestado adesão (2).
- (D) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (1); Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na Administração direta ou indireta (2).
- (E) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (1); A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (2).

QUESTÃO 24

A repartição das competências entre os Poderes é o sustentáculo do Estado Democrático de Direito, como forma de concretizar os freios e contrapesos. Nesse sentido, dispor sobre todas as matérias de competência da União, com a sanção do presidente da República, é atribuição do Congresso Nacional. Assinale a alternativa que contém a matéria que a Constituição Federal expressamente não exige sanção.

- (A) Organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal.
- (B) Transferência temporária da sede do Governo Federal.
- (C) Fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- (E) Fixar os subsídios do presidente e do vice-presidente da República e dos ministros de Estado.

QUESTÃO 25

A Constituição Federal, ao tratar da repartição das competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visa a resguardar o denominado equilíbrio federativo. A respeito do tratamento constitucional da matéria, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito da legislação privativa, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (B) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) Redação conferida pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, passou a dispor que Leis complementares (e não somente uma Lei complementar, conforme previsão do texto originário da Constituição Federal de 1988) fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- (D) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, distrital ou municipal, no que lhe for contrário.
- (E) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.

QUESTÃO 26

A respeito do tratamento expressamente conferido aos servidores públicos pela Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (B) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, sendo vedada a concessão de adicional ou prêmio de produtividade.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo, que será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de benefício definido, hipótese na qual poderá ser fixado, para o valor das aposentadorias e pensões, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- (D) O servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei específica, assegurados ampla defesa e contraditório.
- (E) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

QUESTÃO 27

A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa que contém a hipótese fixada em lei que se verifica quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato é juridicamente inadequada ao resultado obtido, resultando na sua anulação.

- (A) Inexistência de motivos.
- (B) Incompetência.
- (C) Desvio de finalidade.
- (D) Presunção de ilegitimidade.
- (E) Ilegalidade do objeto.

QUESTÃO 28

A licitação, com a integralidade dos procedimentos de suas fases interna e externa, é a regra geral para as aquisições e alienações públicas. Por meio dela, os princípios administrativos da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, entre outros, são concretizados. Todavia há hipóteses em que a legislação autoriza um processo licitatório mais abreviado, sem prejuízo dos procedimentos da sua fase interna. Nesse cenário, assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade legalmente prevista de licitação dispensável, na qual esse rito ocorre de acordo com as disposições vigentes da Lei nº 8.666, de 1993.

- (A) Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições ofertadas por esses, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.
- (B) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, prorrogável, com a devida justificativa da manutenção da situação, por uma única vez, por até igual período.
- (C) Para a impressão dos diários oficiais, dos formulários padronizados de uso da Administração e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, e que tenham sido criados para esse fim específico em data anterior à vigência da referida lei.
- (D) Na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.
- (E) Para contratação de serviços técnicos de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; treinamento e aperfeiçoamento de pessoa e restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, vedada para contratação de serviços de publicidade e divulgação.

QUESTÃO 29

Os contratos administrativos, diferentemente dos contratos privados, devem obediência ao princípio da supremacia do interesse público. Assim, aqueles contratos caracterizam-se pela sua mutabilidade, diferentemente do que ocorre nos ajustes privados, todavia respeitados os limites impostos na lei geral licitatória.

Em relação a esse tema, assinale a alternativa que contém expressa possibilidade de alteração dos contratos regidos pela referida lei, com as devidas justificativas, por acordo das partes.

- (A) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na referida lei.
- (B) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração de obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- (C) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (D) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada, em qualquer caso, a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado.
- (E) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, vedada a alteração para execução de serviços.

QUESTÃO 30

A Lei nº 9.784, de 1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal brasileira, aplicando-se apenas subsidiariamente nos processos administrativos específicos. Desconsiderando quaisquer outros preceitos estabelecidos em legislação própria e em relação ao recurso previsto na referida lei e assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, vedada a juntada de documentos novos que não o tenham sido na fase instrutória.
- (B) O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência, sendo prevista possibilidade legal

de gravame à situação do recorrente, desde que lhe seja concedido prazo, após a decisão, para um novo recurso quanto a esse gravame.

- (C) Interposto o recurso, o órgão competente, após dele conhecer, deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.
- (D) O recurso não será conhecido quando apresentado fora do prazo ou perante órgão incompetente ou por quem não seja legitimado ou, ainda, após exaurida a esfera administrativa, hipóteses as quais não impedem a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.
- (E) Têm legitimidade para sua interposição aqueles que, ainda que não tenham sido partes no processo, são arrolados na referida lei.

QUESTÃO 31

Em relação aos princípios aplicáveis às licitações, dispostos na Lei nº 8.666, de 1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Atendendo ao princípio da isonomia, é vedado, em qualquer caso, estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere à moeda, à modalidade e ao local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais.
- (B) Em respeito ao princípio da legalidade, os editais de licitação para contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da Administração Pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.
- (C) Em face do princípio da eficiência, nas contratações destinadas à implantação, à manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia estrangeira.
- (D) Em homenagem ao princípio do controle dos atos administrativos, todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou pelas entidades, descritos na referida lei, têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento nela estabelecido, podendo os cidadãos acompanhar o seu desenvolvimento, sendo vedada qualquer limitação por parte dos agentes públicos a esse direito, sujeitando os responsáveis às sanções cabíveis.
- (E) Em respeito ao princípio da publicidade, a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público, a qualquer tempo, os atos de seu procedimento.

QUESTÃO 32

Não basta aos que mantêm relacionamento com o Estado serem honestos, têm eles, além disso, de parecer honestos. Essa máxima conduz à ideia de que se deve exigir daqueles indivíduos mais do que o cumprimento de suas obrigações civis, penais e administrativas. Nesse sentido, a Lei nº 8.429, de 1992, ao disciplinar a improbidade administrativa, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro mais uma esfera de responsabilização a seus destinatários. A propósito da referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A referida lei destina-se exclusivamente aos agentes públicos, mas, no seu corpo, alarga o seu conceito, nele abarcando todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.
- (B) São definidos como atos de improbidade administrativa aqueles que, dolosa ou culposamente, importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (C) As suas penas variam conforme a classificação da gravidade do ato de improbidade administrativa, mas, dentro de cada uma, devem ser aplicadas cumulativamente, em face da inexistência de previsão legal de aplicação de forma isolada.
- (D) A nomeação, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- (E) A referida lei prevê hipótese de que a aplicação das suas sanções dependa da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

QUESTÃO 33

Considerando os fundamentos de organização, um servidor, ao descrever o órgão no qual trabalha, caracterizou-o como uma estrutura administrativa dotada de uma amplitude estreita de administração e um número relativamente grande de níveis hierárquicos. Nesse caso, o servidor referiu-se ao conceito de

- (A) amplitude administrativa.
- (B) amplitude de controle.
- (C) estrutura plana ou achatada.
- (D) estrutura alta ou aguda.
- (E) estrutura centralizada.

QUESTÃO 34

Por meio do Decreto nº 5.378/2005, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e

Desburocratização (GESPÚBLICA) com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País. Quanto à excelência nos serviços públicos, assinale a alternativa que contém todos os elementos dos quatro blocos constantes do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP).

- (A) Planejamento, execução, controle e ação corretiva.
- (B) Liderança, estratégias, planos, cidadãos, sociedade, pessoas, processos, resultados, informações e conhecimento.
- (C) Planejamento, processos, resultados, controle e *feedback*.
- (D) Estratégias, planos, rotas, caminhos, direção e coordenação.
- (E) Análise do ambiente, geração de alternativas, definição de objetivos, controle dos resultados e ação corretiva.

QUESTÃO 35

“Não estamos diante de um ‘desaparecimento do estado’. Pelo contrário, precisamos de um governo forte, vigoroso e muito ativo. Mas enfrentamos a escolha entre o governo extenso e impotente e o governo que é forte porque se limita a decidir e a dirigir, deixando o ‘fazer’ para outrem. Precisamos de um governo que pode e deve governar. Isto é, não um governo que ‘faz’; não um governo que ‘administra’ – mas sim um governo que governa.”

DRUCKER, Peter F. As novas realidades. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

Diante dos paradigmas do atual papel do governo na sociedade, a obra de Osborne e Gaebler, *Reinventando o governo*, de 1995, traz o conceito de governo empreendedor. Com base nessas informações, é correto afirmar que esse conceito se refere a um governo

- (A) que adota princípios da gestão burocrática como base para as próprias ações.
- (B) lento, ineficiente e impessoal.
- (C) eficaz, porém ineficiente à medida que não consegue resultados consideráveis.
- (D) que, ao visar resultados de melhor resposta às demandas dos cidadãos como clientes, tem base em avaliações periódicas.
- (E) que pertence à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão em vez de servi-lo.

QUESTÃO 36

A excelência na prestação de um serviço possui fundamentos e critérios. Considere, hipoteticamente, que determinado órgão, obtém a compreensão e segmentação do conjunto das atividades e processos da organização que agreguem valor às partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e a execução de ações têm como base a medição e a análise do desempenho, levando-se em consideração as informações disponíveis. É correto afirmar que esse órgão está em consonância com o fundamento ou critério da (o)

- (A) visão de futuro.
- (B) geração de valor.
- (C) orientação por processos e informações.
- (D) foco no cidadão e na sociedade.
- (E) liderança e constância de propósitos.

QUESTÃO 37

Órgãos setoriais do governo federal têm posto em prática, nos últimos anos, muitos dos mecanismos anteriormente usados apenas na administração de empresas privadas. Um conceito relevante nos últimos cinco anos que aproxima as administrações públicas e privadas é a gestão por resultados. A respeito do tema, assinale a alternativa que apresenta uma ferramenta utilizada pelo governo federal nesse campo.

- (A) Prestação de serviços públicos.
- (B) Criação de planos de cargos.
- (C) Concessão de benefícios pessoais.
- (D) Contratualização de resultados.
- (E) Descentralização político-administrativa.

QUESTÃO 38

Do ponto de vista da Administração Pública federal e da doutrina do direito administrativo, o TRE-PA, integrante do Poder Judiciário federal, é um órgão

- (A) descentralizado.
- (B) desconcentrado por colaboração.
- (C) desconcentrado.
- (D) descentralizado por colaboração.
- (E) descentralizado por outorga.

QUESTÃO 39

A respeito dos princípios constitucionais eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo princípio da elegibilidade, são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- (B) Em rol exaustivo, são condições de elegibilidade: nacionalidade brasileira, alistamento eleitoral e pleno exercício dos direitos políticos.
- (C) O presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos não poderão ser reeleitos para novo período subsequente.
- (D) Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores e prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- (E) No território de jurisdição do titular, os cônjuges dos governadores são elegíveis, sem exceção.

QUESTÃO 40

Quanto às normas dos partidos políticos no Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo poder emana do povo e será exercido em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais.
- (B) Fica facultado a dois ou mais partidos coligarem-se para o registro de candidatos comuns a governador e prefeito.
- (C) Determina-se, para cada partido, o quociente

partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, considerada a fração.

- (D) É assegurada aos partidos políticos a prioridade postal durante os 90 dias anteriores à realização das eleições, para remessa de material de propaganda dos respectivos candidatos registrados.
- (E) É vedada, desde 72 horas antes até vinte e 24 horas depois da eleição, qualquer propaganda política mediante radiodifusão, televisão, comícios ou reuniões públicas.

QUESTÃO 41

Quanto aos Tribunais Regionais Eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) Não podem fazer parte do Tribunal Regional Eleitoral pessoas que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se, nesse caso, a que tiver sido escolhida por último.
- (B) Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão mediante eleição por voto aberto.
- (C) Não podem fazer parte do Tribunal Regional Eleitoral pessoas que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, permanecendo-se, nesse caso, a que tiver sido escolhida por último.
- (D) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originalmente os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais de diferentes estados.
- (E) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais ordenar o registro e a cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais e comunicá-los ao Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 42

Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Exaustivamente, são órgãos da justiça eleitoral: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral e juízes eleitorais.
- (B) O número de juízes no Tribunal Regional Eleitoral não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral, e na forma por ele sugerida.
- (C) Os juízes dos Tribunais Eleitorais servirão obrigatoriamente por quatro anos.
- (D) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar originalmente o registro e a cassação de registro de partidos políticos.
- (E) Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão de três juízes, dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal, e dois juízes, dentre os membros do Tribunal Federal de Recursos.

QUESTÃO 43

No que se refere às juntas eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) Compor-se-ão as juntas eleitorais de dois juízes de direito, que serão o presidente e vice-presidente e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.
- (B) Os membros das juntas serão nomeados 90 dias antes da eleição.
- (C) Não podem ser nomeados membros das juntas os candidatos e os respectivos parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive o cônjuge.
- (D) Podem participar das juntas os membros de diretórios de partidos políticos devidamente registrados e publicados.
- (E) Compete à junta eleitoral apurar no prazo de vinte dias as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a respectiva jurisdição.

QUESTÃO 44

Considerando a atuação dos juízes eleitorais, assinale a alternativa correta sobre as respectivas competências.

- (A) Designar, até 30 dias antes das eleições, os locais das seções.
- (B) Nomear, 30 dias antes da eleição, os membros das mesas receptoras.
- (C) Fornecer aos que não votaram imotivadamente certificado que os isente das sanções legais.
- (D) Compete aos juízes expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- (E) Comunicar, até às nove horas do dia seguinte à realização da eleição, ao Tribunal Regional Eleitoral, o número de eleitores que votaram em cada uma das seções da zona sob a respectiva jurisdição.

Texto 3 para responder as questões de 45 a 48.

Códigos do poder

Em meio à usual cacofonia, duplas de taquígrafos se revezam com discrição no plenário da Câmara. Chegam, sentam-se por poucos minutos, rabiscam códigos indecifráveis em seus cadernos e saem.

"Muita gente não sabe quem nós somos. Tem deputado que chega perto e pergunta se é para votar "sim" ou "não". Já pegaram até óculos nossos emprestados", brinca Graciete Pedreira, taquígrafa há 15 anos na Casa. Ela integra o grupo de 187 profissionais no Congresso Nacional que diariamente se dedica a registrar tudo o que é dito nos plenários e em algumas comissões.

Em plena era digital, o serviço ainda é feito com os tradicionais bloquinho e caneta, num ritmo que pode chegar a 120 palavras por minuto. As anotações são rapidamente checadas, às vezes com ajuda do áudio, e veiculadas na internet.

Maria Clara Cabral. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0603201107.htm>> Acesso em: 6/2/ 2013.

QUESTÃO 45

Com base na relação entre as partes que compõem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O título faz referência à forma e ao conteúdo do que é registrado pelos taquígrafos no Congresso Nacional.
- (B) Os taquígrafos são poderosos porque manipulam códigos indecifráveis.
- (C) Segundo Graciete Pedreira, a importância do trabalho dos taquígrafos é devidamente reconhecida pelos deputados.
- (D) O grupo ao qual pertence Graciete Pedreira registra pelo menos 120 palavras por minuto.
- (E) Todas as anotações feitas pelos taquígrafos são rapidamente checadas com o auxílio do áudio e, em seguida, veiculadas na internet.

QUESTÃO 46

No contexto em que aparece, a expressão códigos indecifráveis foi utilizada para sugerir

- (A) o absoluto desconhecimento da autora a respeito da função do taquígrafo.
- (B) o total desconhecimento da autora a respeito da linguagem da taquigrafia.
- (C) o conhecimento parcial da autora a respeito da taquigrafia.
- (D) o escasso conhecimento da autora a respeito do significado da taquigrafia.
- (E) o total desconhecimento da autora a respeito da finalidade da taquigrafia.

QUESTÃO 47

Ao utilizar, no início do texto, o vocábulo “cacofonia”, a autora faz referência a um vício de linguagem. Assinale a alternativa em que esse vício está adequadamente exemplificado.

- (A) A senadora viu tudo com os olhos.
- (B) Não sabia que o homem que morava na casa que foi vendida gostava de política.
- (C) O deputado assistiu ao incêndio da Câmara.
- (D) Na Câmara, somos em seis deputados.
- (E) Lei confisca gado de fazendas.

QUESTÃO 48

Considerando a oração destacada no período “Chegam, sentam-se por poucos minutos, rabiscam códigos indecifráveis em seus cadernos e saem.”, assinale a alternativa correta, com relação à norma padrão.

- (A) A próclise é facultativo.
- (B) A mesóclise é obrigatório.
- (C) A ênclise é facultativo.
- (D) A próclise é proibido.
- (E) A ênclise é proibido.

Texto 4 para responder as questões de 49 a 53.

Embora útil, taquigrafia é pouco utilizada atualmente.

O professor santa-cruzense Moacyr Scolástico conheceu a taquigrafia quando era aluno da Escola Apostólica Dominicana de Santa Cruz. Desde então, nunca mais a deixou. Entusiasta da “arte de escrever tão rápido quanto a fala”, lecionou a técnica em escolas públicas e desenvolveu seu próprio método de ensino, por considerar os já existentes insuficientes para a língua portuguesa.

Métodos para registro escrito de palavras com a mesma velocidade da fala, conhecidos como taquigrafia ou estenografia, não são novidade. Porém, são poucos os que conhecem algum. A taquigrafia caiu em desuso depois do surgimento dos aparelhos de gravação eletrônicos, embora ainda seja considerada uma forma de registro confiável, sendo utilizada em repartições públicas.

Scolástico afirma que, desde que aprendeu a técnica, nunca mais se separou dela. Até 1983, já havia publicado dois livros sobre a técnica em relação à comunicação. Em seu primeiro trabalho no desenvolvimento da didática de ensino da taquigrafia, criou dois métodos, divididos em 15 módulos, que utilizava em seus ensinamentos particulares. Esse trabalho foi publicado pela Coordenadoria de Estudos e normas pedagógicas (CENP) e serviu como base para a publicação de seus trabalhos pela Editora Ática, em 1987, em três livros.

Segundo o professor, a maioria dos métodos de taquigrafia tem características medievais e fonética diferente do idioma brasileiro, prejudicando sua eficiência perante a língua portuguesa. “Esse meu método atual-‘Scholástico 2, taquigrafia todos os sons (fonemas)’- tem sinais especiais. Tem na íntegra uma fonética latina (e portuguesa), registrando até o som nasal, muito importante em nosso idioma”, explica o autor.

Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/debate/1275/cadd/cadd.htm>>
Acesso em 7/2/2014.

QUESTÃO 49

O parágrafo é uma unidade de composição que se constitui por um ou mais períodos. Nele se desenvolve determinada ideia central (expressa pelo tópico frasal), à qual se agregam outras, secundárias, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrentes dela. Considerando essas informações e as ideias apresentadas em cada um dos parágrafos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O 1º parágrafo apresenta um breve histórico da trajetória do professor Moacyr Scolástico no universo da taquigrafia.
- (B) Conforme o 2º parágrafo, a taquigrafia deixou de ser um método confiável após o surgimento dos aparelhos de gravação eletrônicos.
- (C) O 3º parágrafo faz uma avaliação extremamente positiva dos trabalhos realizados pelo professor Moacyr Scolástico.
- (D) O 4º parágrafo destaca a opinião de Scolástico a respeito da importância da taquigrafia.
- (E) De acordo com o 4º parágrafo, os métodos de taquigrafia são medievais, pois contêm fonética diferente da do português falado no Brasil.

QUESTÃO 50

As conjunções cumprem importante papel na construção de enunciados coesos e coerentes. Além de relacionarem as orações de um período, elas também explicitam as relações de sentido entre as ideias veiculadas por tais estruturas. Considerando essas informações, assinale a alternativa que preserva a integridade sintático-semântica do período “Embora útil, taquigrafia é pouco utilizada atualmente”.

- (A) Se útil, taquigrafia é pouco utilizada atualmente.
- (B) Taquigrafia é pouco utilizada atualmente, devido a ser útil.
- (C) Pois útil, taquigrafia é pouco utilizada atualmente.
- (D) Ainda que útil, taquigrafia é pouco utilizada atualmente.
- (E) Uma vez útil, taquigrafia é pouco utilizada atualmente.

QUESTÃO 51

Com base na norma padrão e nos aspectos gramaticais que envolvem o trecho “Desde então, nunca mais a deixou. Entusiasta da “arte de escrever tão rápido quanto a fala”, lecionou a técnica em escolas públicas e desenvolveu seu próprio método de ensino, por considerar os já existentes insuficientes para a língua portuguesa.”, assinale a alternativa correta.

- (A) No lugar de “Desde então” poderia ter sido utilizada a forma A partir de então.
- (B) Em “nunca mais a deixou”, o pronome poderia ser substituído por lhe.
- (C) Não é possível o uso da crase diante do substantivo feminino “fala”.
- (D) Em vez de “por considerar”, poderia ser empregada a construção por que considerou.
- (E) Todas as palavras são acentuadas graficamente por serem proparoxítonas.

QUESTÃO 52

A respeito dos recursos de coesão e das questões sintáticas referentes ao trecho “Scolástico afirma que, desde que aprendeu a técnica, nunca mais se separou dela. Até 1983, já havia publicado dois livros sobre a técnica em relação à comunicação. Em seu primeiro trabalho no desenvolvimento da didática de ensino da taquigrafia, criou dois métodos, divididos em 15 módulos, que utilizava em seus ensinamentos particulares.”, assinale a alternativa correta.

- (A) Que, em suas duas ocorrências, funciona como conectivo que retoma um termo presente na oração anterior.
- (B) Desde que relaciona duas orações por meio da ideia de condição.
- (C) Se, imediatamente antes de “aprendeu”, fosse empregado o pronome **ele**, a coesão textual seria prejudicada.
- (D) Havia exemplifica o uso do sujeito indeterminado como recurso para retomar Scolástico e evitar, assim, a repetição desnecessária desse termo.
- (E) Seu e “seus” são elementos anafóricos que fazem referência a um mesmo termo.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa que, em conformidade com a norma padrão, contém a redação mais concisa, clara, coerente e objetiva para o período “Muitos pensam, equivocadamente, que a árdua, difícil e penosa atividade que o taquígrafo realiza (que não é para qualquer um) não tenha mais importância, dando mais valor a outros procedimentos.”.

- (A) Muitos pensam, equivocadamente, que a árdua, difícil e penosa atividade realizada pelo taquígrafo não tenha mais importância, dando mais valor a outros procedimentos.
- (B) Muitos pensam, equivocadamente, que a difícil atividade realizada pelo taquígrafo tenha perdido a importância, por isso dão mais valor a outros procedimentos.
- (C) Muitos pensam, de forma equivocada, que a árdua atividade realizada pelo taquígrafo seja desimportante, porém dão mais valor a outros procedimentos.
- (D) Muitos pensam, de forma muito equivocada, que a penosa atividade a qual é realizada pelo taquígrafo (e que não é para qualquer um) não tenha mais importância, valorizando outros procedimentos.
- (E) Muitos pensam, equivocadamente, que a penosa atividade realizada pelo taquígrafo, o qual não é para qualquer um, não tenha mais importância, portanto dão mais valor a outros procedimentos.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa que apresenta uma redação em consonância com as regras de concordância e regência prescritas pela norma padrão.

- (A) Devem haver alguns bons cursos de taquigrafia na cidade aonde moro.
- (B) Dá-se aulas de taquigrafia para os jovens que falei na reunião passada.
- (C) As aulas de taquigrafia às quais você assistiu devem ter sido meio enfadonhas.
- (D) A maior parte dos taquígrafos costuma visar bastante o sucesso profissional.
- (E) Meu pai, de quem dependo financeiramente, adora fazer bastante exercícios de taquigrafia.

QUESTÃO 55

No que tange à redação jurídica, assinale a alternativa correta quanto às posturas do emissor na elaboração do parágrafo.

- (A) Psicológicas e filosóficas.
- (B) Epistemológicas e filosóficas.
- (C) Filosóficas e psicológicas.
- (D) Forenses e epistemológicas.
- (E) Filosóficas e forenses.

QUESTÃO 56

De acordo com os conhecimentos de português e prática forense, é correto afirmar que a estrutura básica do contrato deve apresentar, respectivamente,

- (A) título; preâmbulo; corpo do contrato; fecho; local e data; assinatura dos contratantes; e, assinatura das testemunhas.
- (B) título; local e data; corpo do contrato; preâmbulo; assinatura dos contratantes; fecho; e, assinatura das testemunhas.
- (C) título; denominação; local e data; corpo do contrato; assinatura dos contratantes; e, fecho.
- (D) título; corpo do contrato; preâmbulo; assinatura das testemunhas; assinatura dos contratantes; local e data; e fecho.
- (E) título; local e data; introdução; corpo do contrato; assinatura dos contratantes; assinatura das testemunhas; e, fecho.

QUESTÃO 57

Com relação ao parágrafo dissertativo na redação jurídica, assinale a alternativa que define, respectivamente, a dissertação expositiva e a argumentativa.

- (A) Exposição sucinta de fatos; discussão de uma ideia, de assunto ou de uma doutrina.
- (B) Representação escrita de uma sequência de aspectos jurídicos; exposição de um assunto, com inserção de comentários pessoais.
- (C) Posicionamento sobre determinado assunto; relato detalhado de natureza persuasiva.
- (D) Discussão de uma ideia, de um assunto ou de uma doutrina; exposição de ideias com o objetivo de convencer o leitor.
- (E) Técnica de persuasão necessária no discurso forense; exposição de opiniões de forma clara e objetiva.

QUESTÃO 58

Segundo Reale (1965, p.9), “o direito é realidade universal. Onde quer que exista o homem, aí existe o direito como expressão de vida e de convivência”. No trecho apresentado, o tópico frasal é representado pelo vocábulo.

- (A) realidade.
- (B) homem.
- (C) vida.
- (D) convivência.
- (E) direito.

QUESTÃO 59

De acordo com Aristóteles, na obra *Arte retórica*, a dissertação estrutura-se em segmentos determinados, entre os quais se cita o exórdio. A esse respeito, assinale a alternativa que se refere ao exórdio.

- (A) Explanação de ideias.
- (B) Fecho.
- (C) Parte introdutória.
- (D) Fundamentação teórica.
- (E) Coroamento discursivo.

QUESTÃO 60 _____

Considerando que, na redação jurídica, a narrativa é comumente observada, assinale a alternativa que apresenta exemplos de peças jurídicas em que esse gênero é predominantemente utilizado.

- (A) Petição inicial, denúncia, reclamação trabalhista.
- (B) Contestação, *habeas corpus*, denúncia.
- (C) Reclamação trabalhista, relatório, procuração.
- (D) Petição inicial, relatório, alegação final.
- (E) *Habeas corpus*, denúncia, alegação final.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva:

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no tema a seguir apresentado.

Leia, com atenção, o fragmento a seguir.

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários: a) alguém que comunique; b) algo a ser comunicado; e, c) alguém que receba essa comunicação. No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público (este ou aquele Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002 (fragmento), com adaptações.

Considerando que o fragmento apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) as particularidades do processo comunicativo no serviço público;
- b) a relevância da concisão e objetividade em textos oficiais.

Área livre - Rascunho na página seguinte

Rascunho

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	